

“Não é natural!”: descrição sociotécnica e etnográfica da criação de porcos em larga escala na Região Noroeste do Rio Grande do Sul

Sílvia Maria Poletti¹

¹Pesquisadora Independente, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo

Este artigo é resultado de uma etnografia da criação de porcos em larga escala entre agricultores integrados e trabalhadores da granja de uma empresa suinícola na região do Alto Uruguai, no noroeste do Rio Grande do Sul. A partir de uma reconstituição da história das técnicas de criação de porcos, apresento ao leitor aspectos do regime de criação em massa introduzido pelos criatórios suinícolas. Descrevo também as contradições que permeiam esse espaço de criação por meio da relação entre criadores e porcos no ambiente doméstico que desencadeia uma distinção entre os porcos da família e aqueles criados para o mercado alimentício convencional.

Palavras-chave: Etnografia; Suinocultura; Porcos; Agricultores.

“It’s not natural!”: sociotechnical and ethnographic description of large-scale pig farming in the Northwest Region of Rio Grande do Sul, Brazil

Abstract

This article is the result of an ethnography of pig farming among integrated farmers and workers on the farm of a pig company in the Alto Uruguai region, in the northwest of Rio Grande do Sul (Brazil). Based on a reconstruction of the history of breeding techniques of pigs I present to the reader the new technical regime for pig farming introduced by pig companies. I also describe the contradictions that permeate this creation space through the relationship between farmers and pigs in the domestic environment that triggers a distinction between the family’s pigs and those raised for the conventional food market.

Keywords: Ethnography; Pig farming; Pigs; Farmers.

Recebido em: 05/10/2023

Aceito em: 23/03/2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

Em uma pequena cidade onde cresci, no interior rural da região do Médio Alto Uruguai no noroeste do Rio Grande do Sul, a agricultura faz parte da vida de grande parte da população. Da minha família, eu e alguns dos meus primos e primas da minha idade somos a primeira geração a crescer na cidade, onde, apesar do *status* urbano, havia espaço para plantar vegetais, cuidar de galinhas e ter um pomar de frutas. A monocultura e a utilização de máquinários para suprir a demanda pelos grãos levaram diversas famílias, como a de minha mãe, a vender a terra que possuía para os acumuladores de terra monocultivável. Como uma nova onda de industrialização do campo, durante a minha adolescência, acompanhei outras mudanças que passaram a permear a vida rural, a construção de grandes pavilhões para a criação de animais e a circulação de caminhões de transporte animal.

Figura 1 – Leitoa na central de reprodução da granja UPL São José I



Fonte: Acervo pessoal da autora deste artigo (2019)

Figura 2 – Leitoa na central de reprodução da granja UPL São José II



Fonte: Acervo pessoal da autora deste artigo (2019)

Dia e noite, de uma maneira crescente, circulavam caminhões que levavam nas suas carrocerias mais de mil porcos amontoados, sedentos e exalando um cheiro terrível de fezes e urina que se alastrava por toda a cidade, adentrava as casas e na hora da refeição cortava a garganta. Esse cheiro ainda está lá, mas como solução o legislativo municipal propôs criar rotas alternativas que desviam os caminhões dos caminhos habitados por humanos. A suinocultura ganhou proporções nunca antes comparáveis na região, os agricultores mais uma vez foram intimados a: vender suas terras ou comprometê-las ao banco em troca de financiamento. Para denominar a expansão da indústria da carne no Oeste de Santa Catarina, Florit, Grava e Sordi (2021) têm chamado essa área de Região de Especismo Intensivo (REI), com base na quantidade *per capita* de animais abatidos.

Proponho nesta escrita uma reflexão acerca de como o agronegócio tem se consolidado em pequenas propriedades rurais a partir de uma etnografia da suinocultura. Acompanhei, entre maio de 2018 e julho de 2019, agricultores e trabalhadores das granjas de uma empresa de suinocultura que abrange a região do Alto Uruguai, que concentra 22 municípios e uma população de 150 mil habitantes. Destaco ao longo do artigo quem são esses agricultores e trabalhadores e quais as condições que possibilitam a criação de milhares de suínos em confinamento. Levanto uma outra questão que emerge da monocultura de porcos nessa região: a rejeição ao consumo dos animais criados dessa forma por quem trabalha nos pavilhões de confinamento. Para seu consumo pessoal, esses agricultores mantêm um modo de criar porcos baseado em práticas ligadas ao ambiente doméstico¹. Por fim, finalizo o artigo abordando aspectos relacionados à colonialidade e à agricultura na vida das famílias agrícolas descendentes de imigrantes.

¹ Ao longo do artigo serão descritas de forma pormenorizada a distinção da criação de porcos e suínos e a rejeição do consumo da carne dos suínos pelos agricultores.

2 Dinâmicas Históricas da Criação de Porcos no Médio Alto Uruguai

Na porção noroeste do Rio Grande do Sul, onde se encontra a região do Médio Alto Uruguai, dois tipos de vegetação cobriam o território no período anterior à chegada de colonos europeus, a Floresta Estacional Decidual (FED) do Rio Uruguai e a Floresta Ombrófila Mista (FOM). Após o início da colonização e da economia de extração de madeira que, de maneira intensa, durou de 1912 a 1970, sobraram poucas porções do território de floresta densa. No período anterior à expansão colonial, a paisagem florestal da região abrigava um complexo sistema de manejo de roçados e animais por parte de caboclos e, ainda, intensas florestas de araucária difundidas por povos Kaingang e Guarani (Nodari, 2012).

As florestas das intermediações do Rio Uruguai estavam conectadas com outras florestas que se estendiam por Santa Catarina e Paraná. Desse intenso período de desflorestamento restou um corredor florestal que compõe a única unidade de conservação da Região Noroeste, o Parque Estadual do Turvo. A ocupação do espaço anterior ao período de colonização se semelha àquela relatado por Anna Tsing (2019) dos campões perturbadores de matas de matsutake no Japão. No contexto japonês, pinheiros, cogumelos matsutake, carvalhos e humanos partilham de uma relação de manutenção da biodiversidade numa espécie de simbiose biológica por meio do trabalho dos agricultores de colherem o matsutake nas florestas de carvalho (Tsing, 2019, p. 92). A colheita de matsutake é para Tsing a história das coordenações de uma paisagem, envolvendo não humanos e humanos numa relação de construção de uma habitabilidade.

É possível imaginar a história de caboclos com a paisagem de florestas do Rio Uruguai de maneira parecida à dos agricultores japoneses com a floresta de matsutake. Existia uma convivência dos caboclos e indígenas com as florestas, uma simbiose ecológica que possibilitava a regeneração do ambiente e um alinhamento coordenado de afinidades entre os caboclos e os porcos para processos de regeneração ambiental e proliferação da biodiversidade.

A coordenação entre caboclos, porcos e pinhão, segundo Brandt (2015), era composta de um calendário formado pelos ciclos de brotação e de amadurecimento do pinheiro e da colheita das sementes da araucária, o que possibilitava uma rede de sustentação das florestas de pinheiro atreladas a esse manejo agrícola.

2.1 A Criação de Porcos no Sul do Brasil

A colonização da Região Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina aconteceu, de maneira abrangente e como política de Estado, somente no final do século XIX. Porém, esse “território vazio” (Seyferth, 2011), vendido por empresas colonizadoras, agentes da implementação da política de colonização, era povoado por caboclos e indígenas. O “mundo-em-construção” de imigrantes europeus, ao colonizarem a região, se justificou (1) pelos interesses do Estado, que concedeu terras e os investimentos para estruturar a região a partir das bases agrícolas colonizadoras, ou seja, da mão de obra dos imigrantes

europeus; e (2) por inaugurar formas de habitar o espaço preconizadas pelo projeto de branqueamento do Estado-nação que resultou na colonização europeia na Primeira República, suplantando o modo de vida daqueles que ocupavam as terras “vazias” vendidas aos imigrantes. Intitulados de “nacionais”, os povos negros rurais, conhecidos na literatura como caboclos (Brandt, 2015), que viviam nas margens da colonialidade, no território vazio aos olhos do Estado, eram considerados um problema para o projeto de desenvolvimento da recém-formada nação. Contudo, europeus sem os conhecimentos de habitabilidade de como fazer uma agricultura nos trópicos não teriam sido bem-sucedidos sem encontros de aprendizagem com o modo de vida já estabelecido que, todavia, não era considerado por essa política de ocupação e uso de terras. As práticas dos povos negros rurais estiveram imbricadas na prática da pequena agricultura e, ainda hoje, se mantém nas feituras dos plantios e na criação de animais, como observado por meio da criação de porcos.

A ocupação da região por caboclos se iniciou no final do Império com a vinda de fazendas de gado expandidas da Região Sudeste para as áreas de campos na Região Sul no começo do século XIX. Na descida ao Sul, os caboclos aprenderam a cultivar a erva-mate com as populações ameríndias e a compartilhar de um uso comum dos roçados e criações se distanciando do trabalho nas fazendas estancieiras (Renk, 2006). O conjunto do modo agrícola caboclo era dividido entre o espaço de plantar e o espaço de criar. Segundo Brandt (2015), o espaço de plantar era composto de roçado rotativo conhecido como coivara e as “terras de criar” eram compostas de praticamente toda a propriedade ou posse e abrangiam a floresta e as pequenas áreas de campos. Nestas, a criação de animais “à solta” era uma prática recorrente, com os animais de diferentes proprietários compartilhando os mesmos espaços. As divisas entre as propriedades e as posses eram feitas por marcos naturais, sem emprego de cercas, o que permitia a ampla mobilidade dos animais e persistiu até o início da colonização (Brandt 2015, p. 306).

As matas eram consideradas perigosas pelos colonos que relatavam as passagens e as pegadas de onças com temor e motivação para desmatar (Radin; Silva, 2018). Porém, a criação de porcos soltos praticada por caboclos envolvia a floresta e também habilidades técnicas que priorizavam a variação genética e um grande número de animais. A criação à solta permitia uma interação entre porcos “nacionais”, introduzidos e selvagens, por vezes possibilitando a cruza entre espécies por meio da proliferação dos encontros no interior das florestas. Foram essas cruzas que possibilitaram, ao longo do tempo, o surgimento de diferentes espécies de porcos originados no Brasil a partir da introdução das raças estrangeiras (Fávero *et al.*, 2011). A ocorrência das criações de porcos soltos possibilitava o arrebanhamento dos animais em mangueirões – cercados de roça com alimento abundante –, que poderiam ter servido como espaço de experimentação genética a partir da criação de porcos híbridos. Agindo assim, os caboclos contribuíram para o aprimoramento genético das espécies e para o surgimento daquelas que posteriormente vieram a ser utilizadas por colonos.

Os criadores caboclos mantinham um sistema comunitário de apoio e de cuidado dos rebanhos, praticavam trocas e eram detentores de uma sabedoria da biodiversidade genética semelhante ao que os agricultores praticam no presente. Após longos períodos soltos no mato, os porcos se asselvajavam devido às cruzas e à proliferação de coletivos de

porcos que permaneciam vários anos sem contato algum com humanos. Diversas técnicas eram empregadas para lidar com esse asselvajamento, uma delas, relatada por Brandt (2015), é a costura das pálpebras dos porcos ou o ofuscamento da visão com pingos de creolina para que não se assustassem ao serem conduzidos ao abatedouro. Essa condução passou a ser feita após o início da colonização, momento em que o arrebanhamento e o fechamento em mangueirões se tornaram comuns. Com a chegada de colonos e o início de uma valorização econômica da madeira e da criação de porcos na região, os porcos arrebanhados na mata eram engordados em mangueirões e conduzidos até frigoríficos onde eram vendidos para produção de carne e banha. Com o passar dos anos, a prática de criação à solta foi definitivamente substituída pelos cercados de criação. No presente, a criação de porcos soltos nas florestas ombrófilas não existe mais, foi extinta devido ao formato de distribuição de terras em pequenas propriedades – oriundo do período de colonização e a expansão dos monocultivos.

O modo de criar caboclo enredou uma diversidade que pode ser vista hoje nos sistemas de criação doméstica de pequenos agricultores. O porco é um animal exótico que foi inserido nas Américas após a colonização, as espécies de porcos consideradas nativas do Brasil, como o porco Caruncho, Piau e Moura, surgiram da adaptação dos porcos, trazidos pelos portugueses, junto ao ambiente e ao manejo dos povos negros agrícolas. Nessa região, a criação de porcos contribuiu para a manutenção de um sistema agrícola biodiverso, em que os porcos eram criados soltos em meio à floresta, expandindo sua própria espécie em linhagens genéticas nativas e se beneficiando da ligação interespecífica com a população cabocla, de seus roçados de abóboras e mandiocas que serviam de alimento para humanos e porcos.

Quadro 1 – Modos de criação de porcos identificados na região do Médio Alto Uruguai (RS)

Tipo de criação	Modo de criar	Ambiente	Técnica
Suinícola	Intensivo	Pavilhões de metal e alvenaria, sem contato com outros animais ou plantas.	Mecânica; trabalho de cuidado do rebanho.
Doméstica	Extensivo	Pequenos galpões de madeira; encerras em pequenas áreas; em chiqueiros adaptados de alvenaria.	Manual; cultivo de grãos; armazenamento de vegetais e restos de alimento.
Cabocla	Extensivo	Florestas e mangueirões.	Manual e descentrada do humano; construção de cercas; marcação do rebanho.

Fonte: Elaborado pela autora deste artigo

No Quadro 1 pretendi elencar os três tipos de criação que acontecem atualmente na região do Médio Alto Uruguai: a criação de suínos, a criação doméstica de porcos e a criação cabocla de porcos soltos, esta última extinta após o período de colonização da região e substituída por criações domésticas de porcos em encerras e chiqueiros. Adiante farei uma breve história das técnicas de criação doméstica de porcos na região em questão.

A atuação do Estado para executar o projeto de capitalização do espaço e a homogeneização da sociedade nacional utilizou da mediação de empresas coloniais

para “organizar” a imigração. Os aparatos do Estado e das empresas colonizadoras respaldavam a ocupação territorial e impulsionavam recortes étnicos e éticos no interior dos grupos de imigrantes (Renk, 2006). A agricultura praticada por imigrantes no início da colonização confrontou-se com o mundo caboclo, instaurando conflitos, entre outros, a respeito da criação de porcos. As empresas colonizadoras tinham claros objetivos de explorar as extensas áreas de madeira das florestas que cobriam a região utilizando imigrantes como mão de obra. Os caboclos que abrigavam seus porcos nas florestas se viam acuados e a pressão dos colonos para que criassem os animais fechados resultou na lenta extinção do modo de criar à solta (Brandt; Moretto, 2019). Com as matas abertas e a chegada das estradas de ferro, a criação de porcos para a venda do óleo passou a ser um ponto de inflexão para que colonos criassem os animais e aportassem os derivados da carne nas ferrovias.

Conhecido como porco-banha e hoje ameaçado de extinção, o porco Moura foi escolhido pelos colonos para ser criado com o intuito de extrair a sua gordura. Esse porco, originário das matas brasileiras, crescia em consonância com os cuidados dos caboclos. Nas décadas que sucedem ao início da colonização, a criação de porcos à solta em florestas foi definitivamente substituída pelas criações em encerras ou mangueirões, das quais os colonos se apropriaram. Milho e porcos eram facilmente encontrados nas propriedades de colonos que criavam os animais para vender a banha. Criados em espaços cercados, – encerrados numa área delimitada, daí derivando a expressão criação em encerras. Em épocas de maturação do milho, os porcos eram conduzidos aos milharais cercados, os mangueirões, onde permaneciam se alimentando abundantemente de grãos até serem conduzidos aos frigoríficos (Brandt, 2015).

Apesar da colonização, o fechamento de áreas de roçado semelhante aos mangueirões perdurou diante do desflorestamento e da impossibilidade da continuidade da criação à solta. A criação em áreas de cercado abertas em encerras e mangueirões se consolidou como prática comum entre os criadores de porcos, nesse contexto, era possível criar um número grande de animais para a venda (Brandt, 2015). Contudo, depois do surto de Peste Suína e da ascensão da sojicultura que substituiu a banha pelo óleo de soja, os porcos-banha perderam o prestígio e passaram a ser criados somente para consumo familiar em pequena quantidade e em chiqueiros fechados (Terhorst; Schimitz, 2007).

Conforme apontam Terhorst e Schimitz (2007, p. 109),

[...] o incremento da produção e industrialização de soja no país e a rápida e crescente substituição da banha pelo óleo de soja na alimentação dos brasileiros desvalorizaram rapidamente o porco tipo banha, forçando o produtor a substituir seus animais por suínos tipo carne.

Essa substituição dos porcos domésticos oriundos das criações caboclas também delimita um certo número de criadores que inicialmente passaram a compor a nova indústria que estava se formando na época. A venda dos suínos tipo carne estava ligada a empresas estrangeiras, principalmente estadunidenses, que reproduziam os animais criados para a indústria do monocultivo, de crescimento rápido se alimentados com ração. É a partir da ascensão da soja que o suíno tipo carne começa a ser introduzido com mais rapidez e a soja passa a ser seu principal alimento. Desde aí se manifesta a diferença entre

os porcos domésticos e aqueles criados para o mercado. Segundo os autores, o gosto da carne do porco alimentado com ração sempre gerou estranheza aos agricultores.

[...] Quando se trata de animais criados para o consumo doméstico, mesmo entre suinocultores comerciais, é comum verificar-se a manutenção de técnicas tradicionais de alimentação. Para tanto, alguns animais são dispostos em pequenos chiqueiros distantes das instalações de produção para o comércio e criados “do jeito antigo”, sendo encontrados nesta situação, muitas vezes, exemplares das antigas raças de porco “tipo banha”. Essas iniciativas, no entanto, têm sido, sob a alegação de riscos sanitários, coibidas pelas empresas integradoras, o que, por sua vez, tem gerado a criação de soluções alternativas por parte dos agricultores, como o estabelecimento de parcerias com vizinhos para a criação dos animais destinados ao consumo doméstico (Terhorst; Schimitz, 2007, p. 116).

Entre agricultores da região do Médio Alto Uruguai, os porcos se encontram no âmbito familiar. Apesar das mudanças causadas pela indústria, os agricultores ainda criam seus porcos domésticos e extraem a banha e outros derivados da carne. Os bichos têm nome e se alimentam “como gente”. Essa proximidade também é espacial, os porcos vivem próximos da casa da família e constituem parte dos espaços do núcleo familiar. O fazer da criação de porcos conecta redes de parentesco e afinidade entre agricultores. Criar um porco é um processo que pode envolver diferentes laços afetivos. A lavagem – restos de comida – que alimenta os porcos é recolhida nas casas de parentes do criador, que a cada dois ou três dias enchem um balde cheio de restos de frutas e vegetais. No abate, todos que ajudaram na alimentação são chamados a carnear o animal em troca da carne e seus derivados (salame, linguiça, torresmo, banha, todos os produtos feitos no dia da carneada).

Graciela Froehlich (2012) já destacou a importância do processo de criação de porcos como uma forma de compreender o que vem a ser uma “carne boa” na concepção dos agricultores. Em seu trabalho, a antropóloga aborda as classificações alimentares dos colonos a partir de uma etnografia das carneadas de porcos no norte do Rio Grande do Sul, numa comunidade teuto-brasileira. A criação familiar de porcos para os agricultores carneadores coloca-se como um meio de reforçar os laços de parentesco e afinidade.

O lapso existente na modalidade industrial entre consumidor e produto não se verifica nesse universo. Bastante pelo contrário: é a proximidade entre eles que permite o acesso à carne de qualidade que é levada à mesa diariamente. A morte conduzida em âmbito doméstico configura-se uma prática que envolve valores caros ao mundo camponês, dentre os quais a família e a reciprocidade. É à família que se destina o produto do animal carneado. A preocupação central é com a alimentação do núcleo que constitui a base das relações que se desenvolvem na colônia e na cidade. Mais que simplesmente matar um animal para comê-lo, a carneada torna-se um momento de reunir familiares, reafirmar valores, e (re)construir saberes e práticas em torno da alimentação (Froehlich, 2012, p. 126).

Por meio das relações de parentesco, outro circuito econômico é estabelecido na criação doméstica de porcos, em que a carne que excede o consumo da família e a

distribuição aos companheiros é vendida. Criadores afirmam que a carne do animal que criaram em casa não é para qualquer um, assim os criadores atribuem às pessoas para quem a vendem relações de afinidades extensivas das relações de parentesco e de ajuda, ou seja, os compradores são considerados próximos da família e confiáveis. Um dos motivos para essas relações de afinidade perpassarem a venda da carne é que o abate de porcos no âmbito doméstico não é legalizado, visto que as carneadas acontecem no porão de casa ou no celeiro, sem fiscalização da vigilância sanitária. Dessa maneira, porco criado pela família alimenta a família e aqueles que a família considera parentes distantes, bons compradores e pessoas de confiança que se pode ajudar sabendo que a ajuda será retribuída. Outra concepção importante relatada por agricultores criadores de porcos é a respeito da qualidade da carne. Criadores de porcos consideram a carne adequada para comer conforme a criação do animal, como Froehlich (2012) observa entre os agricultores de São Paulo das Missões.

Assim como entre os interlocutores de Froehlich, com os agricultores que estive, a alimentação natural surge sempre como oposição ao crescimento rápido dos porcos criados pela indústria, ocasionado pela alimentação artificial e a administração de medicamentos. Existe uma oposição êmica entre o porco natural, criado pela família e o porco industrial, que, levado a sério pelos agricultores, não é um porco e sim um suíno. Essa oposição que lembra a dualidade natural *versus* artificial (o porco natural, o suíno artificial), em termos nativos não tem correlação absoluta, visto que um suíno pode ser transformado em porco, assim como um porco foi transformado em suíno. Essa transformação acontece *no* e a partir *do* ambiente que o animal é criado, ou seja, da técnica utilizada para criá-lo.

Do mesmo modo que Froehlich (2012), a antropóloga Míriam Stefanuto (2017), em sua dissertação sobre o trabalho de indígenas Kaingang em indústrias frigoríficas na cidade de Chapecó, na Região Oeste de Santa Catarina, apresenta a carne de porco como uma base alimentar. A mesma caracterização do porco doméstico como um animal natural aparece entre os interlocutores de Stefanuto.

A carne mais apreciada entre os Kaingang, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, é a de animais de criação, que costumam ser os suínos. Os suínos são criados em baías ou chiqueiros e são alimentados com sobras das refeições familiares e, às vezes, com parte das plantações de milho e mandioca. Os Kaingang asseguram que a alimentação e o tempo de engorda dos animais são “naturais”, em oposição aos animais das indústrias frigoríficas. Segundo os Kaingang, os animais de criação têm um processo de engorda mais lento, “que é o tempo que ele leva pra engordar mesmo”, e feito através de alimentos considerados naturais, não processados – como arroz, farinhas, legumes, verduras e frutas –, quase sempre sobras das refeições da residência da família a qual pertencem (Stefanuto, 2017, p. 83).

Agricultores envolvidos com a criação em larga escala na região do Médio Alto Uruguai distinguem o porco de acordo com o modo de criação, assim atestando que sejam criados conforme suas próprias classificações e preferências. A criação doméstica envolve uma composição multiespecífica com outras plantas, principalmente o milho, a abóbora, a mandioca e o pasto verde. Outros vegetais também podem fazer parte da criação do porco

ao passo que constituem a dieta alimentar das próprias famílias criadoras, como cascas de batata, sobras de arroz e até mesmo o leite de vaca – em famílias que também criam vacas leiteiras. Apesar de o porco não se alimentar mais autonomamente, como no modo de criar à solta, ele é alimentado pela família e se torna parte do núcleo de parentesco e um agente mediador de relações econômicas e afetivas. Além da carneada, favores são trocados também na forma de arranjos entre agricultores para sua criação, quando um “cede” um leitão para outro engordá-lo e no final ambos compartilham da carne.

Dessa maneira, a composição que agricultores fazem com os vegetais para alimentar seus porcos domésticos parece ser fundamental para distinguir uma forma de criação da outra, visto que a alimentação dos porcos em larga escala é oriunda do monocultivo de cereais e do soro de leite. Não apenas os agricultores criadores, que trabalham nos criatórios em larga escala, como também indígenas trabalhadores de frigoríficos (Stefanuto, 2017) e agricultores carneadores (Froehlich, 2012) fazem as mesmas ponderações quanto à diferença de criação a partir da alimentação.

Criar porcos para a indústria é uma prática que nos últimos anos vem se expandindo no interior rural do Médio Alto Uruguai, apesar de já ter bastante abrangência na região do noroeste gaúcho e sudeste catarinense. Empresas frigoríficas têm multiplicado suas sedes e aumentado o número de associados, principalmente a partir de créditos para investimentos pecuários.

2.2 A Criação em Larga Escala

Terrenos íngremes onde a predominância era de mata nativa e roçado para subsistência hoje se encontram escavados e em sua superfície estão criatórios que abrigam milhares de suínos. As terras montanhosas da região não facilitam a entrada de maquinários para a terraplanagem de monocultivos, e *o bicho está dando dinheiro* como argumentam os agricultores com os quais estive, sendo que alguns deles iniciaram recentemente a criação de suínos em suas propriedades ou começaram o trabalho nos criatórios de outros agricultores dos quais são empregados.

Em campo acompanhei três meios distintos, um deles é de uma família de agricultores familiares que se associou a uma empresa de suinocultura; o segundo é de empregados que trabalham nas granjas dessa mesma empresa; e o terceiro é um empregado informal das granjas de uma família que vive no campo, mas não se dedica exclusivamente à agricultura. Existem aqui duas diferenças, uma delas é entre os empregados de agricultores e os empregados da própria empresa, e a outra é entre os ambientes de criação dos agricultores e os da própria empresa. Os processos de trabalho, apesar de diversos, aglutinam em si um ponto em comum que é a empresa de suinocultura. Sem ela e o papel de fomento à expansão da matriz agropecuária nacional ligada ao agronegócio, exercido de maneira geral pelo Estado, bancos estatais e organizações governamentais ligadas à agricultura, não seria possível, ou seria menor, o aumento do trabalho em criatórios suinícolas.

Os agricultores com os quais estive se definem como colonos, denominação muito comum no Sul do Brasil a partir do final do século XIX, período no qual o Estado cedia lotes rurais para empresas colonizadoras que as vendiam para imigrantes. Os lotes eram

vendidos como colônias de terra e, mesmo muitas vezes não mais se identificando como “imigrantes”, os agricultores da região ainda carregam consigo o léxico do período de colonização (Renk, 2006).

Em campo acompanhei o trabalho cotidiano dentro de dois criatórios suinícolas de diferentes tipos: (1) Unidade de Produção de Leitão (UPL), onde ficam as chamadas “matrizes genéticas” para reprodução dos animais e onde nascem os porcos que depois serão transportados para as (2) Unidades de Terminação (UT), que é para onde os animais são conduzidos após completarem a fase de crescimento dentro das UPLs. Na granja modelo da empresa, que abrange a criação UPL e UT, estive junto a criadores e criadoras contratados (colonos e jovens filhos de colonos que buscam fora de casa uma renda). Giralda Seyferth (2011) associou esses agricultores de dupla ocupação, que ao mesmo tempo têm um pedaço de terra onde plantam para subsistência e um trabalho assalariado, à “transformação social produzida pela industrialização”, denominando-os “trabalhadores-campões” (Seyferth, 2011, p. 403).

Já nos criatórios integrados à empresa, estive na propriedade rural de uma família de agricultores criadores e acompanhei o dia a dia da criação de suínos em fase de terminação e dos afazeres domésticos. Com esses agricultores, a empresa firma um contrato de integração, sendo ela responsável por fornecer a matéria-prima para a criação: animais, transporte, alimentos (ração e soro de leite) e medicamentos. Fica a cargo das famílias a construção da estrutura física do criatório, geralmente viabilizada a partir de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Foi nesse contexto que observei a dinâmica da criação de suínos e as controvérsias dos criadores em relação às novas tarefas de criação.

Entre os agricultores com quem convivi existem práticas de trabalho que envolvem a própria família e seu núcleo estendido (vizinhos e parentes), destas, a prática de roçados de mandioca, milho, cana-de-açúcar, arroz e feijão e a criação de animais (galinhas, porcos, bovinos) para a própria subsistência e para ganhar uns trocos na cidade. Com o advento de políticas públicas de incentivo à inserção dessas famílias na matriz agropecuária nacional – o agronegócio – os colonos vêm reinventando suas práticas agrícolas e se “integrando” a empresas e cooperativas.

Os contratos de integração não são um elemento novo no ambiente rural, mas eram mais restritos ao cultivo de fumo e à produção de leite. Cada vez mais famílias agrícolas vêm aderindo a esse tipo de vínculo “empresarial” com as criações de animais, levando a uma fragmentação da produção. Hoje, a criação de suínos envolve ao menos três grupos de famílias rurais: aquelas que plantam os grãos para a ração, as que têm as vacas leiteiras e fornecem o soro de leite e as que criam os animais.

3 Agronegócio e o *Boom* da Carne

Nas últimas décadas, houve um crescimento sem precedentes da demanda por carne. O abate de suídeos no Brasil aumentou de 2 milhões por trimestre em 1997 para

12 milhões por trimestre em 2019². As coalizões econômicas articuladas pelo Governo Federal entre 2003 e 2010 propiciaram um aprofundamento de políticas de incentivo ao setor primário, e a demanda de países como a China por matéria-prima como grãos de soja, minério e carne impulsionou a intensificação da comoditização das atividades pecuárias (Carvalho, 2018).

Nessa década se consolidou uma base política – ainda que minoritária em termos de representação de todos os segmentos agrários que ela diz representar – de setores patronais agrícolas e agropecuários sob a égide do agronegócio. Tal segmento de representação política do campo tem a proposta de abranger uma visão geral da agricultura do país, colocando sob seu guarda-chuva toda a cadeia de produção de alimentos nacional. Dessa forma, o agronegócio defende uma política de implementação de uma agricultura monetizada pela via do monocultivo de plantas e animais para fins de exportação (Pompéia, 2020).

Desde 1996, a reivindicação de sindicatos e de associações rurais para o incentivo à agricultura de pequena escala já havia resultado em uma política governamental de incentivo à agricultura familiar por meio da implementação do já citado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do incentivo estatal às pequenas propriedades rurais e às famílias pobres que vivem no campo. No entanto, a proposta de discutir que tipo de incentivo o Estado deve dar às famílias camponesas é recente e deriva das lutas de movimentos sociais do campo em defesa de um sistema de produção agrícola que respeite a diversidade e os ecossistemas.

Porém, o *boom* das exportações e a consolidação de um grupo político do mercado agrícola (o agronegócio) impulsionou políticas de crédito do Pronaf e o surgimento de bancos rurais cooperativados específicos para inserção da agricultura familiar na matriz produtiva nacional, destinando somente uma pequena parte desse tipo de financiamento para uma agricultura não comoditizada (Schneider, 2003; 2006).

A partir da criação de porcos, é possível perceber que as monoculturas vinculadas ao Estado e ao agronegócio não contemplam de maneira singular o modo de vida agrícola local no Médio Alto Uruguai. Entre as famílias, está consolidada a prática da agricultura para sua própria autossuficiência, assim, quando eles se inserem nos criatórios suinícolas, rejeitam se alimentar desses animais. Até onde pude observar em campo, o mesmo acontece com outros tipos de monocultura. Ou seja, a soja cultivada não serve de alimento para a família e os animais.

Nesse ponto, como diz Abramovay (2007), a agricultura definitivamente está separada do campesinato, porém, devido às dinâmicas da lógica capitalista, ambas as formas agrícolas estão intrinsecamente ligadas e estabelecem uma ambiguidade entre a adequação das famílias à matriz agropecuária nacional e a continuidade de uma dinâmica agrícola alternativa, bastante próxima das práticas camponesas.

Essas famílias se alimentam dos vegetais que cultivam e dos animais que criam, bem como mantêm relações de parentesco que reforçam laços comunais e de apoio mútuo não somente com humanos e também com os animais não humanos, como os seus porcos

² Na página Pesquisa Trimestral de Abate de Animais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), é possível acessar gráficos das Séries Históricas de evolução de números de abates. Link de acesso: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9203-pesquisas-trimestrais-do-abate-de-animais.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 26 set. 2023.

familiares. No entanto, esses agricultores acoplam em suas vidas a alta demanda por carne, eles são trabalhadores do sistema global capitalista que é nutrido pelo agronegócio e incentivado pelo Estado. A vida como instrumento para exercer as políticas do estado colonial não parou de se perpetuar após a instalação dos colonos em suas terras, pelo contrário, por meio do estado, existe uma manutenção da lógica colonizadora, mesmo que em conjunto com outras concepções e valores.

3.1 Como as Famílias de Agricultores têm Aderido à Suinocultura

No sistema de suinocultura, a prática de compra e venda dos animais pode ser feita de duas maneiras: 1. Independente, esse tipo de produção consiste na autonomia do granjeiro de todos os processos e as etapas necessários para a criação dos suínos. Devido ao fato de ter que completar todos os ciclos da vida do animal no mesmo espaço, esse sistema exige mais estrutura e tem mais custos; 2. Integrado, é o regime mais comum, no qual existe uma relação de mediação entre quem possui o pavilhão de criação e uma empresa que fornece os insumos, os animais e a assistência técnica e agiliza os contratos com frigoríficos. Esse sistema de integração é predominante no Médio Alto Uruguai³, e é por ele que a empresa de suinocultura atua agregando famílias de pequenos agricultores por meio de contratos de compra e venda de lotes de suínos.

O início desses contratos de integração na criação de suínos data de 1960, quando, no Oeste Catarinense, a empresa Sadia iniciou um projeto de modernização de propriedades rurais em conjunto com órgãos públicos e sindicatos rurais (Coser, 2010). Esse projeto levava em consideração o rendimento da produção, questão principal entre as empresas e que segue impulsionando os contratos, se referindo aos custos de criação subtraídos pelo lucro. O lucro básico da empresa depende do peso do suíno vivo, e, para que ele ganhe massa corporal num curto período de tempo, é necessário uma alta quantidade de ingestão de proteína. A base da alimentação do suíno é de grãos (soja, milho e trigo) e soro de leite, quanto menos dessas proteínas o animal precisar ingerir para ganhar peso, maior é o ganho lucrativo da produção.

Outro peso nos custos produtivos são as doenças infecciosas, quanto mais um lote adoecer e vir a óbito, maior é o gasto e a perda de efetivos da produção. Ao fim, a estrutura de criação que pertence ao agricultor devido à necessidade de as empresas maximizarem os lucros é vista como um impedimento ao rendimento. Dessa forma, o aperfeiçoamento da estrutura é exigido de forma constante e foi o principal motivo do início dos contratos de integração⁴. Para as empresas, o manejo da produção tem um papel primordial na

³ Não somente no Médio Alto Uruguai, mas em toda a Região Sul do país, os contratos de integração são predominantes segundo as análises de apoio à agroindústria feitas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) (Guimarães *et al.*, 2017). Segundo um informativo da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (ACSURS), a empresa de suinocultura em 2018 tinha 150 famílias integradas (ACSURS, 2018).

⁴ A modernização dos criatórios por meio dos contratos e dos constantes requisitos para aperfeiçoamento dos espaços de criação ocorre como um dispositivo de interferência nas propriedades rurais para maximização de lucros da empresa. Visto que ainda não existem leis rigorosas de proibição do uso de antibióticos na criação de suínos, tampouco uma lei que regulamente os contratos de integração, esse tipo de “modernização” por meio dos contratos deixa implícito o controle total da empresa pela oferta e demanda. Pelos contratos, as famílias aceitam diversas cláusulas como a responsabilidade pelos dejetos produzidos no criatório que eximem as empresas dos impactos ambientais e climáticos da produção.

obtenção do lucro final, o que os criadores fazem no ambiente interno dos criatórios é apontado como justificativa de perdas e ganhos da empresa.

O contrato é um dispositivo de dupla ingerência da empresa, de forma direta e indireta, transferindo para o criador a inteira responsabilidade de interferir no ambiente, na criação e na pós-criação – na gestão dos resíduos e suas implicações ambientais. A empresa que integra, contrata considerando o criador como um dono do seu próprio empreendimento e não uma extensão da empresa. A integração é a contratação por parte da empresa de serviços terceirizados de um outro considerado produtor, esse produtor é a família integrada que trabalha por meio do contrato. Nos contratos, a família é considerada uma empresa independente que se une à empresa de suinocultura via contrato de integração. A família se torna uma empresa que continua a ser uma família, porém, com o nome ocultado para assim efetivar sua integração com a empresa suinocultora.

Uma das UTs que frequentei como parte do trabalho de campo pertencia à família de Lélia e Gonçalo Soares. Nico, seu filho mais novo, de 20 anos, era o responsável pelas tarefas cotidianas no chiqueirão. O filho mais velho do casal, de 36 anos, já havia saído de casa e morava numa propriedade vizinha. Enquanto subíamos um morro rumo ao chiqueirão, Nico me mostrou no horizonte a divisão invisível que separava um município de outro, sendo que a propriedade da família fica sobre essa linha divisória no alto de um cume. Dizia ele que ali existia uma mata nativa e, apontando para alguns troncos de árvore que ainda estavam no chão, argumentou que parte dela foi derrubada para a construção do criatório.

Fizeram isso e adquiriram um empréstimo bancário para permitir que Nico saísse do trabalho que tinha numa fábrica de laticínios na área industrial da cidade e retornasse ao trabalho na propriedade da família. O trabalho com o criatório ainda é recente, a família havia recebido o segundo lote de animais há pouco mais de um mês antes da minha chegada. Todos os dias, de segunda a segunda, o rapaz sobe com sua moto o cerro até o galpão que fica a mais de cem metros da casa da família, distante do galinheiro, do chiqueiro e dos roçados.

Chiqueirão é a expressão pela qual todos, indiscriminadamente – técnicos, agricultores, motoristas de caminhão, população urbana local –, designam a estrutura do criatório de suínos, por seu tamanho exceder a estrutura de um chiqueiro doméstico de porcos. Os chiqueiros “normais” de porcos variam em estrutura⁵ e algumas vezes são construídos para abrigar uma multiplicidade de outros animais, assemelhando-se a estábulos. As divisões internas variam e os animais abrigados dentro dele também. Na propriedade dos Soares, os três porcos da família ficavam junto de um bezerro no chiqueiro construído com as sobras do material da construção do criatório industrial. Era um novo chiqueiro doméstico construído com as sobras de materiais da construção do criatório, porém do lado dele ainda estava de pé o chiqueiro de madeira com algumas galinhas e uma vaca. O chiqueiro de porcos pode ser construído sobre um açude – lago artificial – ou ainda não ter estrutura de abrigo alguma, somente cercas num pedaço de mata deixando os porcos numa encerra – prática que remete à criação cabocla.

⁵ Existem muitos formatos de chiqueiros, as estruturas e os materiais usados variam bastante, madeira, alvenaria, arrames, pedaços de árvore reaproveitados. O lugar da propriedade em que o chiqueiro é construído também é muito diverso, porém sempre está próximo da casa da família e dos demais espaços de criação.

Os suínos reúnem um aparato técnico recentemente disseminado no interior rural. Uma expressão que denota essa transformação é o chiqueirão, já que para a criação suinícola é preciso construir estruturas retangulares idênticas. A quantidade e o tamanho das estruturas variam conforme o regime de criação, se construída em granja, ela será maior (o dobro de uma estrutura em propriedade familiar) e terá mais pavilhões porque abrigará milhares de suínos. Em pequenas propriedades rurais, ela é menor e geralmente tem somente um pavilhão, o suficiente para abrigar mil animais. O criatório da família Soares é padronizado, assim como em todas as demais propriedades familiares, o chiqueirão tem 120 metros de comprimento e 20 metros de largura. A estrutura é semiaberta, ou seja, uma parede de um metro é erguida, acima dela são instaladas grades e, na parte interna, cortinas de lona controladas por um sistema mecânico. No interior tem 40 baías, divididas em 20 de cada lado, direito para os machos e esquerdo para as fêmeas. Cada baia tem largura de 3x4 metros, e cerca de 20 suínos ficam amontoados em cada uma das baías, e, portanto, cada um ocupa cerca de 0,60m² do espaço. Na etapa final de vida, com cerca de 150 dias e pesando 120 quilos, o suíno é capaz de cobrir mais de dois terços do espaço individual destinado para si.

Subindo a estrada recém-aberta do morro que dá ao criatório, é possível mirar dois pequenos silos para o armazenamento de ração em frente à estrutura branca e azul do chiqueirão. No lado direito de quem avista os silos, ficavam duas caixas d'água para depositar o soro de leite e a água. Já no alto do morro, percebi dois lagos de esgoto bem discretos no lado esquerdo. Era assim em todos os criatórios que visitei, – com algumas diferenças quanto à posição das coisas –, a padronização e a escalabilidade andando juntas. Ao ficar em frente ao chiqueirão, a minha atenção se voltou às rampas utilizadas para que o animal possa ser embarcado no transporte e a uma porta de entrada para o criatório com uma placa escrito: “ENTRADA PROIBIDA”. Depois de ser alertada por Nico de que minha presença ali não poderia chegar aos ouvidos de ninguém da empresa, a porta é aberta e vislumbro um corredor estreito e imenso que vai até o final do criatório e divide as baías que se estendem em ambos os lados do corredor. Milhares de olhos se dirigiram atentos à minha chegada, eram seres atenciosos que estavam ali, prontos para responder a qualquer movimento mais agitado que eu ou Nico fizéssemos.

Atento para o fato de que o criatório descrito acima é destinado à criação de suínos na fase final de engorda. Um outro tipo de criatório pode ser visto em granjas de reprodução, em que a dinâmica de criação é diferente, as leitoas ficam em baías conjuntas até a inseminação e, após serem inseminadas, elas ficam em jaulas que têm (por volta) de 75 cm de largura e 1 m de comprimento. Para se ter uma noção sobre a dimensão espacial, pense no tamanho de uma fêmea suína (por volta de 300 kg medindo 60 cm de altura e 80 cm de comprimento): ela passa de 6 a 7 meses nesse espaço sem conseguir girar 360°.

Cada uma das baías possui tubos de ração que caem em dois cochos e mangueiras de água que caem no meio do espaço. Os tubos de ração fazem parte do sistema mecanizado e são ligados a um painel de controle logo na entrada do criatório. Na parede há, no fundo, uma abertura que resguarda um suporte de alumínio, servindo de recipiente para o soro de leite e ainda uma abertura que dá acesso à baia, mas que é evitada pelos criadores, visto que é preciso remover a porta ou passar por baixo dela, empurrando-a para cima, para entrar, sendo mais fácil pular por cima do muro que a divide de outras baias e do

corredor. Nesse caso, as entradas de cada baia são removidas somente no momento de recebimento e carregamento da criação e usadas para a vacinação dos animais por meio de um buraco específico. O procedimento de vacinação envolve uma técnica e objetos técnicos importantes para compreender a criação de suínos, que descreverei mais detalhadamente na próxima parte do trabalho.

O lado esquerdo do corredor é destinado às fêmeas, e, na primeira baia, ficam leitões desnutridos e machucados, – que não podem ficar junto dos demais para não agravar suas feridas com mordidas dos outros animais. No lado direito, ficam os machos, mas a primeira baia é o espaço do cuidador, onde fica o estoque de medicamentos para vacinação, uma ficha de controle de doenças e mortes e outros documentos, uma motosserra, madeiras, canos, o aparelho de controle da ventilação e do sistema mecanizado de ração fixado num pilar, os motores de energia dos sistemas mecanizados, da tubulação de água e de soro de leite, e um rádio que transmite a programação de uma emissora local.

O chão se destaca em meio aos aparatos das baias, no fundo delas se forma uma poça lamacenta que se deposita ao longo do chão, composta de água, de soro de leite e das necessidades fisiológicas dos animais. No final da tarde, o criador abre manualmente um ralo de metal que esvazia a mistura ali depositada. Esse é um dos trabalhos cotidianos que exige que o criador entre – pulando o muro – em cada uma das baias todos os dias, esvaziando uma por uma. É esse fazer cotidiano que permeia os criatórios de suíno, e ele é mais mecânico e trabalhoso do que descrevem os manuais.

4 Relações “Cabeludas” da Criação em Larga Escala

A criação integrada acontece separando a vida do animal em duas fases, a da Unidade de Produção de Leitão (UPL), conhecida como granja de reprodução, e da Unidade de Terminação (UT), conhecida como chiqueirão. A UPL é onde ficam as matrizes genéticas para reprodução dos animais, essa unidade cuida da inseminação artificial das porcas e do processo de gestação dos leitões até os 60 dias de vida quando os animais são transportados para as UTs. No caso que acompanhei, a empresa integradora é quase totalmente responsável pelas UPLs (com exceção de duas granjas integradas, a empresa detém propriedade sobre todas as outras seis granjas modelo), devido ao alto custo de manter uma unidade desse tipo que exige mais de um pavilhão e cuidado constante devido ao risco maior de contágio e de disseminação de doenças entre os leitões.

A Unidade de Terminação (UT) é o criatório para onde os porcos são conduzidos após completarem a fase de crescimento dentro das granjas de reprodução, nela, eles ficam até completarem cinco meses de vida e dobrarem de peso – chegando a atingir 120-170kg. As UTs ficam em pequenas propriedades rurais dispersas pelas estradas interioranas da região e se conectam umas às outras como uma teia, uma linha invisível que conecta cada uma das propriedades rurais da região em questão. Nas propriedades familiares, em que prevalece o regime de criação de animais, existe uma lógica fragmentada da intervenção humana no ambiente que coloca em risco outras formas de vida. Geralmente uma UPL e uma UT ficam em cidades diferentes, o que faz com que as estradas da região sejam bastante movimentadas pelo vai e vem das cargas de suínos vivos. Os porcos viajantes

são duas vezes carregados e descarregados, primeiro para ir da UPL até a UT e depois da UT até o frigorífico.

Anna Tsing (2015; 2019) em “*Mushroom and the end of the world*” e em “*Mundo em Ruínas*” dedica uma discussão em torno do que ela chama de escalabilidade, um dos problemas técnicos do *design* da modernidade. A escalabilidade é a capacidade de um projeto se expandir sem se transformar. Um dos exemplos que a antropóloga aborda são as *plantations* de cana-de-açúcar no Brasil na época colonial, os portugueses utilizavam clones da cana-de-açúcar, os clones da planta eram estéreis e não permitiam a reprodução e a diversificação da espécie, essa é uma das características da escalabilidade: o uso de espécies escaláveis em sistemas fechados de produção, sistemas homogêneos nos quais não existe diversidade e a espécie é isolada geneticamente para suprir uma demanda do mercado. A cana foi controlada, seus elementos de crescimento foram ajustados para que ocorresse um crescimento padronizado, dessa forma, também os trabalhadores escravizados tiveram de trabalhar “brigando” com a planta para vencer o tempo de colheita. A escalabilidade é a expansão do capitalismo, uma forma de pensar segundo a lógica moderna dominando a natureza, esses projetos escaláveis visíveis em indústrias e fábricas produzem o que Tsing chama de *nonsoels*, seres não sociais que atingem uma coordenação regulamentada.

Pode-se compreender a criação industrial de suínos como um projeto escalável, o *design* e os elementos são os mesmos em qualquer lugar que formos. Os animais são controlados geneticamente, sua criação é separada por fases, são seres estéreis que partilham de pouca socialidade, e os trabalhadores são considerados empreendedores e não têm direitos assegurados. Esse *design* favorece o aparecimento de patógenos, de efeitos não intencionais que surgem como consequência da modernização e fogem ao controle humano, como demonstra Rob Wallace (2020) em “*Pandemia e Agronegócio*”.

O risco epidemiológico da entrada de doenças nos frigoríficos e dentro dos criatórios onde existe um grande investimento genético⁶ é um forte motivo para as empresas e os agricultores integrados proibirem a entrada de estranhos. O controle sobre quem entra e quem sai das unidades de criação das granjas é realizado por câmeras de vigilância dentro e fora dos criatórios. E nos criatórios integrados, a autovigilância dos criadores quase não permite o ingresso de pessoas de fora da família com risco de haver retaliações por parte da empresa que estabelece os protocolos bastante rígidos. Antes e depois de receber os suínos, o interior dos chiqueirões é sanitizado e colocado em quarentena por uma semana. O processo de sanitização também acontece com os caminhões que transportam os animais, porém sem a quarentena.

⁶ Outro motivo muito comentado quando estive em uma das granjas da empresa aqui etnografada era o alto valor investido na genética, em decorrência disso, seria necessário evitar que qualquer desastre biológico assolasse a granja e destruísse o valor do material genético agregado nos suínos que se encontram no local. O veterinário que acompanhei nos dois dias de visita à granja reafirmou constantemente que os animais que se encontravam lá valiam ouro, e de fato, de lá saiu o rebanho da empresa para os criatórios integrados, sendo o lugar de reprodução a partir das “matrizes ouro”. Porém o aprimoramento genético não acontece na empresa, mas sim em outra esfera e envolve uma gama de agentes, laboratórios, produtores especializados, geneticistas, etc. Não me detenho a esse campo de arranjos complexos que envolvem o campo da genética, mas é importante destacar que as discussões em torno da melhor raça, das fêmeas que mais reproduzem e dos leitões com melhor *performance* e que engordam em menos tempo fazem parte de uma rede de investimento em biotecnologias. Uma boa etnografia para pensar essas questões é de Natasha Simei Leal (2011) que foi a campo em uma central de inseminação artificial de gado de elite.

A frota de caminhões da empresa integradora é composta de cerca de 30 veículos com capacidade para carregar mil animais cada um. Todos os dias, a maioria deles está em circulação. A caçamba na qual os animais são transportados tem três andares, e os caminhões mais novos têm janelas semiabertas e um sistema de circulação de ar interno e são usados para carregar os animais mais novos que saem das UPLs para as UTs. Os modelos mais antigos são abertos, e a circulação de ar acontece com o movimento do caminhão que passa por estradas de terra empoeiradas e dentro das cidades. Nesse tipo de caminhão, os animais ficam expostos ao calor, à chuva e ao frio, o que agita os animais e faz com que acabem pisoteando-se. No transporte para o frigorífico, é comum alguns dos suínos chegarem mortos ao abatedouro.

Histórias sobre o sofrimento da carga rondam as conversas sobre o transporte. Conversando com um grupo de funcionários da empresa que estava levando uma porca com mais de 300 quilos de um pavilhão para outro de UPL, ouvi de uma trabalhadora da granja que muitos dos animais transportados no final da vida não têm força para ficar em pé de tão gordos e acabam morrendo sufocados ou pisoteados. Quando chegam ao frigorífico sem vida, eles são abatidos da mesma forma que os demais.

Toda semana um outro tipo de transporte também acontece nas UTs. A empresa integradora envia dois caminhões de transporte, um para depositar a ração nos silos do criatório e outro para encher os tanques de soro de leite. Há também a visita de técnicos às unidades integradas para um acompanhamento que deveria acontecer semanalmente, e, segundo alguns criadores, somente ocorre no início do recebimento de um novo lote para a entrega de medicamentos para vacinação. As fezes dos porcos decompostas em piscinas de tratamento de efluentes nas unidades integradas também movimentam as estradas. Os efluentes dos animais armazenados em piscinas a céu aberto passam por um processo de fermentação e, depois de curados, são transportados para as lavouras e usados para a fertilização da soja e do milho – que depois servirão de ração para os animais. No entanto, esse trabalho de manutenção e de esvaziamento das piscinas é responsabilidade do criador que vende para os agricultores lavoureiros.

Existem ainda outras relações “cabeludas” (Latour, 2018) que permeiam a rede sociotécnica da criação de suínos. Laboratórios de genética nacionais e internacionais estão envolvidos na criação dos animais, o que pode vincular um suíno criado no interior do sul do Brasil a uma empresa situada na Califórnia, nos Estados Unidos. O laboratório está diretamente ligado à empresa e indiretamente ligado aos agricultores, já os dejetos dos suínos estão diretamente ligados aos criadores e lavoureiros, servindo para fertilização do solo no preparo das plantações de soja e de milho, que, como numa cadeia cíclica, servirão de alimento aos suínos.

O metano pode ser um exemplo da conexão invisível e “cabeluda” que existe no emaranhado da criação, emitido na atmosfera pelas piscinas de dejetos a céu aberto dos criatórios, ele está estreitamente ligado ao ar e às mudanças climáticas. Depois de liberar metano a céu aberto, os dejetos são pulverizados nas lavouras onde deixam outro rastro de componentes antibióticos – presentes nos dejetos dos animais devido aos altos níveis de medicação que recebem em vida – absorvidos pela terra e que desaguam nos rios em época de chuva. Outra questão que envolve componentes químicos na criação é o caso

da amônia, encontrada em grande quantidade na criação suinícola e responsável por emitir o cheiro forte da criação.

Estudos têm apontado esse cheiro como um risco à saúde dos trabalhadores de criatórios por conter alta quantidade de amônia, e, para “resolver” problemas como esse, árvores são plantadas ao redor dos criatórios servindo como barreiras de ar impedindo o cheiro forte da criação de se proliferar.

Da escala global, em torno do espraiamento de vírus e pandemias até as condições de produção, aquelas que remetem ao cotidiano da saúde de quem está criando milhares de animais, as consequências do emaranhado da criação em larga escala não estão nem perto de serem devidamente dimensionados.

5 Considerações Finais

Neste artigo procurei refletir sobre a história das técnicas de criação de porcos na paisagem da região do Alto Uruguai para, enfim, compreender como a suinocultura tem se inserido como fonte de trabalho e renda aos agricultores, ou como intitulou Seyferth (2011), agricultores-trabalhadores. Demonstrei a partir da literatura etnográfica relacionada ao tema que existe uma relação entre agricultores familiares e caboclos que se dá a partir de aspectos em torno da criação de porcos.

A natureza do porco é tratada com seriedade pelos agricultores, que não consideram o animal criado em larga escala como parte integrante do seu sistema alimentar e distinguem o animal criado pela família daquele criado para o mercado convencional. Essa distinção é observada de diversas formas, a mais curiosa é pela nomenclatura que diferencia o *porco* do *suíno*, mas também pode ser observada a alimentação, feita com as sobras de comida e chamada de lavagem, como um importante agente de diferenciação.

A natureza empregada pelos agricultores na criação de porcos se trata de uma cosmotécnica (Hui, 2020) dissociável da técnica universal e escalável da criação de suínos em larga escala que é a mesma, independentemente se localizada no sul do Brasil ou na região central da China. As relações sociotécnicas que surgem a partir das criações de porcos pelos povos negros agrícolas, mencionados ao longo do texto como caboclos, se encontram permeadas nas relações atualmente mantidas com esses animais, evidenciando que, ao longo do tempo, os porcos sempre foram aliados da manutenção de uma diversidade interespécifica que enreda vegetais, floresta e humanos.

A suinocultura no noroeste do Rio Grande do Sul surge como uma segunda onda de industrialização da agricultura baseada na criação de animais em larga escala. Esse projeto se iniciou a partir do momento em que a soja passou a substituir a banha de porco e começou a ser usada como fonte exclusiva de gordura no mercado nacional. A Peste Suína possuiu um papel importante na extinção das criações de porco-banha em mangueirões que, após o controle epidemiológico, passou o protagonismo genético ao porco americano usado até o presente nos criatórios industriais. Contudo, nos chiqueiros das famílias, as espécies de porcos brasileiras continuam a ser estimadas, sendo fonte exclusiva de gordura utilizada no preparo dos alimentos.

É importante notar que a alta demanda por carne suína, que em duas décadas quintuplicou, consolidou a cadeia de suprimento baseada em empresas de integração. Essas empresas oferecem contratos de trabalho aos agricultores, a eles é ofertado os animais, os suprimentos e a assistência, em contrapartida, é preciso que tenham a estrutura do criatório, façam a gestão dos resíduos e criem os animais. O trabalho de criação exige dedicação integral durante todos os dias da semana, principalmente quando a criação é em creches de filhotes (UTL). O controle dos porcos nesses espaços é permeado pela lógica biopolítica de não deixar esses corpos morrerem, para isso, é instaurada uma rotina de vigilância sanitária dentro do criatório que consome todo o tempo de trabalho dos criadores (Sordi, 2013; Blanchette, 2015).

A consolidação de um sistema de criação em larga escala transfere aos sujeitos da criação, os agricultores, os mecanismos de controle e a vigilância do rebanho suíno em troca do pagamento por indivíduo sobrevivente, ou como chamam as empresas “por cabeça”. Consolidando políticas neoliberais em espaços anteriormente centrados no que, a âmbito político-institucional, se convencionou chamar de agricultura familiar, mas que perpassa historicamente as relações centradas na prática camponesa originária dos povos negros agrícolas. A técnica como possibilidade de análise tem sido importante para a compreensão da agricultura praticada por descendentes de imigrantes no sul do Brasil, desfazendo imaginários previamente construídos de uma “branquitude” agrária refletida nos modos de fazer.

O projeto de embranquecimento da população e, consequentemente, de capitalização do trabalho não se consolidou como previsto pelo Estado. Apesar das tentativas constantes de introduzir *business* na agricultura, o que se vê entre as famílias que vivem em pequenas propriedades rurais é a negação ao modelo que persistentemente é vendido. Manter-se criando porcos, mesmo aderindo a criação em larga escala, pode ser entendido dessa maneira.

Para a suinocultura, o pressuposto de criação não considera o porco como sujeito ontológico dotado de uma socialidade interespécifica que integra uma história socioambiental dos povos humanos por mais de dez mil anos. Segundo a lógica moderna, o porco é natural e, portanto, pode vir a ser escalável. Porém, para os agricultores que criam, o porco é social e faz parte da paisagem ontológica que deriva do que vem a ser o que, por hora, chamo de camponesidade. Sendo assim, o que não é natural para os agricultores não é propriamente o animal criado em larga escala, e sim o regime de tecnicidade, ou o modo de fazer, relacionado a sua criação. Nesse caso, o natural não é o oposto de social, como levado a cabo no pensamento naturalista que marca a modernidade e a agricultura de larga escala (Descola, 2015).

Para esses agricultores, é a produção em larga escala que não é natural, o porco deve viver bem, sendo alimentado com vegetais e sobras de comida, garantindo, assim, que os humanos após comerem a sua carne também vivam bem. Caso contrário, seria simplesmente possível fazer a carneada com um dos suínos do criatório intensivo. O pressuposto é de que a vida seja boa para ambos, por essa razão dar aos porcos os vegetais frescos e os restos de comida é tratá-los como se fossem gente, pois compartilham do mesmo alimento que os humanos. A recusa em não comer suínos não passa pelo crivo da saudabilidade, não é que é menos saudável comer esse animal, antes disso, em termos sociais, é humanamente impossível.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- ACSURS – ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE SUÍNOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Informativo da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ACSURS, 2018. Disponível em: <https://acsurs.com.br/impressa/informativo-impresso/>. Acesso em: 4 out. 2023.
- BLANCHETTE, Alex. Herding species: Biosecurity, posthuman labor, and the American industrial pig. **Cultural Anthropology**, [s.l.], v. 30, n. 4, p. 640-669, 2015.
- BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **Revista de História**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 303-322, 2015.
- BRANDT, Marlom; MORETTO, Samira Peruchi. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229-254, 2019.
- CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Editora Todavia, 2018.
- COSER, Fabiano José. **Contratos de integração de suínos**: formatos, conteúdos e deficiências da estrutura de governança predominante na suinocultura brasileira. 2010. 174p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.
- DESCOLA, Philippe. Além de natureza e cultura. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 7, 2015.
- FÁVERO, Jerônimo Antônio *et al.* Evolução genética: do “porco tipo banha” ao suíno light. In: SOUZA, Jean Carlos Porto Vilas Boas *et al.* (org.). **Sonho, desafio e tecnologia**: 35 anos de contribuições da Embrapa Suínos e Aves. Embrapa: Brasília, 2011. p. 105-136. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/909722/sonho-desafio-e-tecnologia-35-anos-de-contribuicoes-da-embrapa-suinos-e-aves>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- FLORIT, Luciano; GRAVA, Diego; SORDI, Caetano. Da morte artesanal à morte industrial. Apropriações discursivas e naturalização do abate. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 25, n. 49, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/13995>. Acesso em: 4 out. 2023.
- FROEHLICH, Graciela. **“Do porco não sobre nem o grito!”**: classificações e práticas, saberes e sabores no abate doméstico de porcos. 2012. 109p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.
- GUIMARÃES, Diego *et al.* Suinocultura: estrutura da cadeia produtiva, panorama do setor no Brasil e no mundo e o apoio do BNDES. **BNDES Setorial**, Brasília, DF, n. 45, p. 85-136, 2017.
- HUI, Yuk. Cosmotécnica como cosmopolítica. In: HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu editora, 2020. p. 17-25.
- LATOUR, Bruno. **Políticas da Natureza**: como associar as ciências à democracia. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- LEAL, Natasha Simei. Touros de genética, touros de genealogia: Controvérsias da pecuária brasileira. **Periferia – Revista de Recerca**, Barcelona, v. 15, n. 2, 2011.
- NODARI, Eunice Sueli. Fronteiras Fluídas: florestas, Rio Uruguai e ocupação da região. In: ZARTH, P. (org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012. p. 224-239.

- POMPÉIA, Caio. "Agro é tudo": simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 56, p. 195-224, 2020.
- RADIN, José Carlos; SILVA, Claiton Marcio da. 'Um vasto celeiro': representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, [s.l.], v. 13, p. 681-697, 2018.
- RENK, Arlene Anelia. **Uns trabalham e outros lutam**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Editora Argos, 2006.
- SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092003000100008. Acesso em: 4 out. 2023.
- SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. **Desenvolvimento Rural – Tendências e Debates Contemporâneos**, Rio Grande do Sul, v. 200, 2006.
- SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. **Revista MANA**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 395-417, 2011.
- SORDI, Caetano. **De carcaças e máquinas de quatro estômagos**: estudo das controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil. 2013. 151p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- STEFANUTO, Míriam. **Trabalho calado**: Os kainkang do Toldo Chimbaungue e as indústrias da carne. 2017. 126p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.
- TERHORST, Karin Inês Lohmann; SCHMITZ, José Antônio Kroeff. De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares do Vale do Taquari. In: TERHORST, Karin Inês Lohmann; SCHMITZ, José Antônio Kroeff. **A Agricultura Familiar à mesa**: sabores e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007. p. 100-119.
- TSING, Anna Lowenhaupt. Some problems with Scale. In: TSING, Anna Lowenhaupt. **The mushroom at the end of the world**: on the possibility of life in Capitalistic ruins. Princeton: Princeton University, 2015. p. 37-44.
- TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécie no Antropoceno. Rio de Janeiro: IEB, Mil Folhas, 2019.
- WALACE, Rob. **Pandemia e agronegócio**: doenças infeciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

Sílvia Maria Poletti

Pesquisadora independente, mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e integrante do CANOA/UFSC (Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas). Atualmente trabalha como Cientista Social na Espaço Gestão do Patrimônio Cultural.
Endereço profissional: Rua Germano Siebert, n. 645, Espaço Arqueologia, Tubarão, SC. CEP: 88701-640.
E-mail: cosilviamaria@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4313-4386>

Como referenciar este artigo:

POLETTI, Sílvia Maria. "Não é natural!": descrição sociotécnica e etnográfica da criação de porcos em larga escala na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 2, e96650, p. 45-66, maio de 2024.